



## A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E O IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO IF VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES NO SETOR DE AGRONEGÓCIO

Dr. Aloísio Carnielli (IFES)



### RESUMO:

Esse artigo teve por objetivo analisar os impactos da implementação do IFES Venda Nova do Imigrante quanto ao setor de agronegócio no município. A modalidade profissionalizante se destacou a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Nesse sentido, a educação profissional tornou-se um processo de construção social com foco na qualificação do sujeito. A metodologia empregada nesse artigo foi um estudo de campo com enfoque quantitativo. O estudo concluiu que a qualidade de ensino ofertada pelo IFES Venda Nova do Imigrante contribuiu para a melhoria da qualidade de vida, e alavancou o setor do agronegócio.

**Palavras chaves:** Setor de agronegócio, Educação profissional, Qualidade de ensino.

## LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y EL IMPACTO DE LA IMPLEMENTACIÓN DE LA VENTA NUEVA DEL INMIGRANTE EN EL SECTOR DE AGRONEGOCIO

**Resumen:** Este artículo tuvo por objetivo analizar los impactos de la implementación del IFES Venda Nova do Imigrante en cuanto al sector de agronegocio en el municipio. La modalidad profesionalizante se destacó a partir de la implementación de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, n. 9394, de 20 de diciembre de 1996. En este sentido, la educación profesional se ha convertido en un proceso de construcción social con foco en la calificación del sujeto. La metodología empleada en este artículo fue un estudio de campo con enfoque cuantitativo. El estudio concluyó que la calidad de la enseñanza ofrecida por el IFES Venda Nova do Imigrante contribuyó a la mejora de la calidad de vida, y apalancó el sector del agronegocio.

**Palabras claves:** Sector de agronegocios, Educación profesional, Calidad de enseñanza.

## PROFESSIONALISM EDUCATION AND THE IMPACT OF THE IMPLEMENTATION OF THE IF NEW SALE OF THE IMMIGRANT-ES IN THE AGRIBUSINESS SECTOR

**Abstract:** This article aimed to analyze the impacts of the implementation of IFES Venda Nova do Imigrante regarding the agribusiness sector in the district. The professional modality

was highlighted from the implementation of the Law of Directives and Bases of National Education, n. 9394, of December 20th, 1996. In this sense, professional education has become a process of social construction focused on the qualification of the subject. The methodology used in this article was a field study with a quantitative approach. The study concluded that the quality of education offered by IFES Venda Nova do Imigrante contributed to the improvement of the quality of life, and leveraged the agribusiness sector.

**Keywords:** Agribusiness sector, Professional education, Quality of teaching.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação profissional tem como principal objetivo o desenvolvimento de cursos voltados ao mercado de trabalho, especialmente, para aqueles que buscam esta qualificação. A modalidade profissionalizante teve um merecido destaque a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, complementada pelo Decreto 2208, de 17 de abril de 1997 e reformada pelo Decreto 5154, de 23 de julho de 2004.

Essa nova escola na sociedade de informação deveria se colocar em movimento, no sentido de organizar a renovação cultural, usufruindo de todas essas riquezas proporcionadas pela informatização. A escola não deve ficar alheia a essas inovações tecnológicas.

Caberia a ela se transformar em um centro de inovação, servir de mapa para navegar nesse espaço do conhecimento, superando a visão utilitarista de só oferecer informações para obter resultados. A educação tornou-se mais do que uma estratégia para a construção de saberes, ela promove o desenvolvimento que reflete e refrata na sociedade na qual está inserida.

O professor media a construção do conhecimento, interagindo com o aluno, fazendo desse sujeito da sua própria formação, se apresentando, assim, como desafio na construção do conhecimento desde as séries iniciais até o ensino superior e/ou profissionalizante.

“A implantação do campus do IFES de Venda Nova do Imigrante promoveu o desenvolvimento profissional, ofertando uma educação de qualidade, focando na qualificação técnica; bem como favoreceu o desenvolvimento social e econômico, impulsionando o crescimento do município e região, expandindo, especialmente, o setor do agronegócio”.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A história da cultura política educacional do Brasil é tão complexa que, ao refletir sobre o seu contexto, faz-se necessário um breve percurso histórico e legal sobre a educação no Brasil. Historicamente, a educação passou por transformações inerentes ao desenvolvimento humano e às mudanças sociais que cerceiam o convívio social. A escola reflete a prática dessas transformações e engloba as relações humanas, expondo suas diferenças, suas culturas, suas vivências e suas histórias.

A escola, em geral, proporciona um debate favorável ao contexto democrático, mas como dizia Paulo Freire, é necessário que nossas falas sejam corporificadas, para o autor: [...] a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1970, p. 218).

A escola, por ser uma agência prestadora de serviços à população, não deveria deixar de lado os interesses dos cidadãos, a quem ela deve servir e para os quais foi criada. Assim, tem como bases fundamentais em seus componentes a democracia, a cidadania, a participação e a autonomia.

É preciso conceber, como ponto de partida, a prática social e a forma como ela acontece, uma vez que a escola não pode estruturar seu trabalho e as relações humanas

com bases autoritárias. Partindo desse pressuposto, são incontáveis as críticas à escola, se o mote se constituir em suas abordagens antropológicas, sociológicas e políticas no capitalismo.

Mas, se por outro lado, a escola se fizer como espaço de ação, de prática e transformação, que contribua para a avaliação da prática diária, como mediadora do conhecimento, com objetivo corroborar na construção de realidades mais humanas, finalmente cumprirá seu papel social fundamental. Segundo Paulo Freire (1992) *apud* GUTIÉRREZ (1988, p.22), o conhecimento possui também uma função social.

Não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos de que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade. (FREIRE,1992, p.35*apud* GUTIÉRREZ,1988, p.22).

Com base nessa concepção, a escola vai construindo novos níveis de compreensão, de modo que o sujeito possa compreender o caminho percorrido historicamente, tanto em domínio político e social quanto em âmbito cultural, o que permite a busca de caminhos para uma transformação social.

Se a educação visa à formação do sujeito histórico, capaz de gerir a mudança, de ser promotora da democracia, da convivência com justiça social, da solidariedade e da sustentabilidade, a educação que se promove na escola pautada pelos ditames da Lei de Diretrizes e Base (1996), por outro lado, a escola precisa ampliar sua atuação dentro de um contexto que possibilite a formação da cidadania de forma democrática com responsabilidade.

Sabe-se que a educação é um dos pilares para o crescimento e desenvolvimento global e autossustentado do país. A escola deveria ter a missão de “permitir que todos, sem exceção, façam frutificar seus talentos e potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de assumir sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal” (DELORS et.al, 2010, p. 10). Esse princípio deveria iniciar-se na educação básica e as ações deveriam promover condições de aprendizagem com foco no desenvolvimento, possibilitando, a essa geração do conhecimento, o acesso às novas linguagens tecnológicas.

Em tão pouco tempo, o mundo passou por uma transformação tecnológica nunca vista pela humanidade. A educação deveria acompanhar essa evolução digital, caso contrário, ficará defasada e parecerá algo arcaico e ultrapassado para os emergentes digitais. A sociedade atual, capitalista, globalizante, representa uma nova era tecnológica que originou um novo espaço para a informação, e a inclusão social que se espera desse modelo educacional seria “ao permitir que todos tenham acesso ao conhecimento, a educação desempenha um papel bem concreto na plena realização desta tarefa universal: ajudar a compreender o mundo e o outro, a fim de que cada um adquira maior compreensão de si mesmo”. (DELORS et al., 2010, p. 27).

A vida contemporânea imprime novas expectativas, de desafios tecnológicos. A velocidade das mudanças impostas pela tecnologia gerou perplexidade aos educadores, e conseqüente insegurança em relação ao futuro de sua profissão. Alguns, inclusive, temem perdê-la por não saber o que fazer diante desse novo aluno. Segundo Allan (2009):

O professor deixa de ser o detentor exclusivo do conhecimento e passa a ser um orientador de trabalhos de pesquisa, possibilitando que os alunos desenvolvam competências relacionadas à habilidade de selecionar conteúdos, interpretar adequadamente uma informação, fazer uma leitura crítica do meio, dominar os recursos de busca nas diferentes mídias, produzir textos e comunicar-se de forma rápida e eficiente utilizando as ferramentas digitais. (ALLAN, 2009, p.01).

A sociedade atravessa um novo momento rico de possibilidades e cheio de desafios. Assim, faz-se necessário repensar o modelo educacional cartesiano, bem como a estagnação educacional que impera no Brasil. É preciso romper barreiras, desafiar a crise,

quebrar paradigmas, no sentido de ampliar o campo de conhecimento, de construção de saberes.

A evolução das novas tecnologias, objetivando a comunicação de massa na propagação do conhecimento, ainda não se fez sentir plenamente no ensino. Segundo McLuhan (1969), *apud* Gadotti (2000), pelo menos na maioria dos países, com o foco na aprendizagem a distância, sobretudo baseada na Internet, parece ser a grande novidade educacional deste novo século.

Pode-se definir essa era como do conhecimento, do mundo virtual. Se trazer para o contexto atual o nível de importância que é dado ao conhecimento, em todos os âmbitos, é possível afirmar que a sociedade contemporânea sofre grande influência da informatização que atinge de forma globalizante esse conhecimento. Com tantas informações disponíveis a um simples toque, a escola precisa abrir fronteiras, mudar antigos paradigmas. No entanto, fazer isso não significa abandonar o que se aprende com os teóricos e pensadores, mas compreender que cada realidade precisa ser pensada e estruturada de forma local, com pensamento global.

Essas novas possibilidades deveriam surgir no contexto educacional como vias de construção dos conhecimentos, estabelecendo elos de pesquisa entre os professores e alunos. No entanto, a tecnologia não é tudo, ou seja, ela por si só não possui condições de construção de habilidade e competências. Para tanto, se faz necessário que a sociedade se organize no sentido de usufruir o que ela tem melhor a oferecer. O acesso aos diferentes tipos de informação é um direito. Segundo Machado:

Ainda que a Educação constitua um dos temas favoritos das autoridades políticas, nos mais variados países, poucas vezes os debates sobre as questões educacionais conseguem ultrapassar o âmbito de sua dimensão econômica, limitando-se a uma parafernália de indicadores numéricos de diferentes tipos. E enquanto a economia sufoca a Filosofia, a escola permanece reduzida a uma cultura utilitarista no sentido mais mesquinho, de preparação para exames, cujos resultados expressam algo cada vez mais difícil de interpretar. (MACHADO, 2000, p.64).

A educação tradicional mantém a escrita como parâmetro, e, na contramão, também é invadida por uma nova forma de comunicação, que trouxe uma linguagem mais dinâmica e menos formal, presente no contexto audiovisual, mais especificamente nos programas televisivos que foram particularizados com uma linguagem digital.

As tradicionais anotações em papel deram lugar aos tablets e smartphones. Segundo GADOTTI (2000), os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar suficientemente todos os aspectos desta nova comunicação de massa. Ainda se trabalha com recursos tradicionais que não têm apelo para as crianças e jovens.

Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar: a capacidade de pensar, em vez de desenvolver a memória. Para ele, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso, é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica/digital.

Neste novo milênio, o processo de educar está passando por uma dicotomia (GADOTTI, 2000). A escola ainda visa formar o cidadão para controlar o mercado e o Estado ao mesmo tempo em que continua pública quanto ao seu destino, isto é, para todos. Não se pode ignorar que ainda predomina, em nosso país, um Estado que demonstra ser insuficiente para tratar das questões sociais, e em permanente aperfeiçoamento para atender aos interesses da reprodução e ampliação do capital.

Seja qual for o caminho que a educação contemporânea irá tomar, o certo é que ela deve ser um fazer educativo muito mais voltado para o futuro, tornando-se assim, segundo Gadotti (2000) *apud* Paim e Nodari (2012), uma educação contestadora, que supera os limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural.

Conforme aponta DEMO (1993,5 p.20), “modernizar significa o desafio que o futuro acena para as novas gerações, em particular seus traços científicos e tecnológicos”. Diante dessa constatação, depara-se com uma discussão permeada de preconceito sobre o projeto de educação foco desse artigo, que é ofertado pelo IFES campus Venda Nova do Imigrante, visto que a educação profissionalizante era voltada para as classes inferiores, que necessitavam de trabalho para complementar a renda familiar. Isso originava um distanciamento do sujeito da educação, por se deparar desde cedo com a necessidade de se inserir no mercado de trabalho, questão essa que era consolidada pela falta de oportunidade para dar continuidade aos estudos, assim em sua grande maioria, o cidadão brasileiro evadia ou interrompia seus estudos ao se deparar com a necessidade econômica da família.

A história da educação profissional no Brasil nos mostra que esta sempre esteve atrelada com a qualificação de mão de obra para atender ao mercado de trabalho, observando um estreito vínculo entre a formação profissional e a produtividade dos trabalhadores.

A exigência de um trabalho qualificado tem ocorrido devido às transformações tecnológicas que impõem uma nova organização do trabalho. A formação do cidadão está relacionada com a educação, de tal forma que muitas vezes fica difícil isolar algumas variáveis envolvidas no processo de construção do conhecimento, objetivo maior da educação em sentido amplo. O ciclo que absorve e devolve o homem ao convívio social (educação) pode ser o fator determinante para o sucesso ou o fracasso, não apenas do indivíduo, mas de toda a sociedade, em nível local, regional, nacional e até mesmo mundial.

O termo educação tecnológica foi utilizado, inicialmente, no Brasil, na década de 1970, com a criação dos cursos de tecnólogos ou Cursos Superiores de Tecnologia. Embora a Lei 5.540/68 já previsse a oferta dos cursos superiores de tecnologia, a história recente da educação brasileira apresentou novidades concernentes à educação profissional, somente com a implementação da nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), que, no Cap. III, Art. 39, dita: “*A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva*”.

O Decreto 2.208/97, considerado como o principal instrumento jurídico-normativo da reforma da educação profissional, definiu os objetivos e a estrutura organizacional dessa modalidade de ensino, redirecionando a sua oferta e estabelecendo três níveis na educação profissional: **nível básico** – independente de escolaridade prévia; **nível técnico** – concomitante ou sequencial ao ensino médio; e **nível tecnológico** – voltado para a formação de tecnólogos em nível superior, este último objeto de discussão desse artigo.

O Decreto 2.208/97, dita que o “principal instrumento jurídico-normativo da reforma, redefine os objetivos e a estrutura organizacional dessa modalidade educacional, separando-a da rede regular de ensino”, e redireciona a sua oferta dentro dos três níveis: educação profissional de nível básico, de nível técnico e de nível tecnológico. (LIMA FILHO, 2002, p. 41)

Deve-se levar em conta que a educação profissional é elemento estratégico por excelência para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, visto que esta é plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica. No processo de desenvolvimento científico e tecnológico, é crescente a contradição entre a educação do trabalhador e o processo produtivo. Isto porque, quanto mais se simplificam as atividades práticas no fazer, mais complexas se tornam as atividades no gerenciamento e na compreensão dos elementos científicos inseridos na tecnologia.

Nesse sentido, a educação profissional torna-se um processo de construção social que qualifica o cidadão, na medida em que o educa em bases tanto científicas como ético-políticas, tornando-o apto a compreender que a tecnologia insere o homem em meio a relações socio-históricas e culturais de poder.

No caso específico da educação profissional de nível tecnológico, o que se observou foi uma retomada dessa modalidade de ensino, que se deu a partir de 1962, com a aprovação da Lei 5540/68 que, em seus artigos 18 e 23, apontava para a possibilidade de se explorar alternativas para o 3º grau, prevendo a criação de cursos mais práticos, menos longos, flexíveis e intensivos, voltados para as necessidades da comunidade (BASTOS, 1991).

Essa modalidade de ensino teve seu período áureo nos anos de 1970. Naquela década, os cursos superiores de tecnologia eram amplamente oferecidos, especialmente por faculdades da rede privada, em atendimento à necessidade do momento, na qual se vivia o “milagre brasileiro”, que se caracterizou por uma demanda específica do mercado de trabalho. Segundo João Augusto Bastos (1991), na época, algumas recomendações foram feitas pelo Ministério da Educação e Cultura às instituições interessadas em ministrar tais cursos, registradas a seguir:

- a) a necessidade de estreitar a aproximação da instituição com o meio empresarial;
- b) a realização de uma rigorosa pesquisa de mercado de trabalho;
- c) a implantação de cursos, apenas nas áreas profissionais insistentemente solicitadas pelas empresas;
- d) número de vagas fixado de acordo com as condições existentes no estabelecimento de ensino e conforme a capacidade de absorção dos formados;
- e) diminuição do número de vagas e a desativação do curso quando houver saturação de profissionais no contexto regional;
- f) corpo docente, equipe de laboratoristas e de instrutores das disciplinas profissionalizantes, aproveitados das empresas (BASTOS, 1991, p. 16).

De acordo ainda com o mesmo autor, na maioria das vezes, as recomendações não eram acatadas com a devida seriedade, o que gerou novas exigências, por meio da Resolução Nº 17/77, de 26.12.1977, do Conselho Federal de Educação que, em seu conjunto, reiteram as recomendações anteriores: a) a demonstração da existência do mercado de trabalho; b) traçado do perfil profissiográfico para o atendimento da necessidade a que se refere a alínea anterior; c) a determinação de estrutura curricular de acordo com o perfil profissiográfico; d) indicação do corpo docente.

Desta forma, observa-se que a implantação dos cursos superiores de tecnologia passou por alguns percalços, cujas consequências se fazem sentir até atualidade, como a resistência das instituições federais de ensino com relação à implantação dos cursos superiores de tecnologia, originária, possivelmente, dos erros cometidos por parte do governo na estratégia de implantação, e a ausência de uma maior discussão com a comunidade e o mercado no contexto de regime militar. Por outro viés, a nova LDB, Lei 9394/96, nos Artigos 39, 40, 41 e 42, dava destaque à educação profissional e tecnológica, pois reconheceu que essa modalidade conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, o que, a nosso ver, dá novo *status* e valoriza os cursos superiores de tecnologia, numa perspectiva de superação das dificuldades e conflitos.

Ao retomar, com maior ênfase, os cursos superiores de tecnologia, como parte do atendimento às demandas do mundo atual, a reforma da educação profissional recoloca o tecnólogo como profissional apto a enfrentar os novos desafios do mundo do trabalho. Surge, então, um novo desafio nacional: formar técnicos sob o regime da urgência.

Nessa ocasião, as Escolas Técnicas Federais foram incentivadas a aumentarem em grandes proporções o número de matrículas e a implantarem novos cursos técnicos. Com a Lei nº. 6.545, publicada em 30/06/1978, o MEC elencou três Escolas Técnicas Federais para transformá-las em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, as quais foram: Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Esta inovação trouxe a essas instituições o ineditismo e o desafio de iniciar a formação de tecnólogos e engenheiros de operação.

Em 1994, a Lei nº. 8.948, publicada em 8 de dezembro, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando de forma gradativa, através de Decreto específico, as EAFs e as ETFs em CEFETs. A transformação foi realizada em função de critérios estabelecidos pelo MEC, que considerou as condições físicas e os recursos humanos disponíveis em cada uma das instituições.

Em 20/12/1996, foi sancionada a Lei nº. 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Considerada pelos educadores e especialistas em educação como a segunda LDB, que tratou sobre a Educação Profissional, trouxe ao sistema de educação tecnológica a inclusão social e a democratização do acesso, além de permitir o reconhecimento e o aproveitamento de saberes e competências pré-adquiridos pelos trabalhadores em seus ambientes profissionais.

A antiga política de planejamento para desenvolver o país conheceu, no passado, algumas lições, com estratégias formuladas de cima para baixo, que não alcançaram a realidade regional, tão diversificada no Brasil. Segundo Guimarães (1995, *apud* SANTOS 2005), nesse sentido, a implantação de unidades educacionais da rede federal acabou tomado um rumo diferente.

Em dezembro do ano de 2008, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país. No Espírito Santo, o Cefetes e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa se integraram em uma estrutura única: o Instituto Federal do Espírito Santo. Dessa forma, as Unidades de Ensino do Cefetes Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares e Nova Venécia e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, Santa Teresa e Colatina são agora *campi* do Instituto. (<http://ifes.edu.br/institucional/32-historia>).

Entendimentos entre os governos municipais e federais formaram as parcerias que possibilitaram desde a desapropriação de espaços físicos até a manutenção dos mesmos. Em Venda Nova do Imigrante, esse processo contou com um movimento dos políticos que aceleraram esta parceria antes mesmo da desapropriação do terreno.

O ano de 2008 fora marcado pela expectativa de implantação do novo campus de Venda Nova do Imigrante. Os primeiros passos no sentido de concretizar esse empreendimento foram direcionados à desapropriação e à preparação do espaço físico, local em que seria alocada a estrutura física que abrigaria o Instituto. Ainda nesse sentido, foram contratadas empresas para a construção, planejamento de aquisição de equipamentos e materiais necessários para que fosse possível efetivar as atividades letivas dos mesmos. Assim:

Em 20 de novembro de 2007, o Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante, Sr. Braz Delpupo, por meio do Ofício GAB. PMVNI –Nº 287/2007, endereçado ao Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, encaminhou cópia da Portaria nº 405/2007, que nomeou a comissão de avaliação para a desapropriação do terreno onde seria construído o Cefetes de Venda Nova do Imigrante; cópia da Lei Municipal 737/2007, autorizando o município a adquirir o terreno em questão; e cópia da planta de localização do terreno adquirido pelo município, totalizando uma área de 37.423,22m<sup>2</sup> (trinta e sete mil, quatrocentos e vinte e três metros e vinte e dois centímetros). (FEITOSA, 2013. p. 67)

Os referidos documentos, a que faz referência Feitosa (2013), esclareciam ao Ministro da Educação pontos sobre as questões regionais, sociais e econômicas da cidade, ressaltando o benefício inestimável que seria, não só para Venda Nova do Imigrante, mas para toda a região, a instalação de um Centro Federal de Educação Tecnológica no Município, tendo em vista a qualidade da educação ofertada ali.

Assim sendo, uma das recomendações era a de que os cursos a serem ali implantados deveriam ser na área de agroindústria e agronegócio.

As atividades agropecuárias têm grande expressão na ocupação da mão de obra, (...) A cafeicultura, a olericultura, a fruticultura, a pecuária e as atividades agrícolas desenvolvidas no

espaço rural com destaque para o agroturismo e a agroindústria são as principais atividades responsáveis pela geração de emprego e renda. As atividades agropecuárias têm significativa participação no PIB municipal. Ressalta-se que grande parte do PIB municipal referente a comércio e serviços está diretamente ligado ao agronegócio. Fonte: INCAPER/ELDR Venda Nova do Imigrante, 2011).

A nova orientação legislativa educacional estabelecia ainda a possibilidade de acesso à educação profissional de uma forma mais ampla, conforme o seu artigo 39 e parágrafo único:

A educação profissional integra às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

A história mostrou que o nível educacional técnico fora direcionado para as classes economicamente menos favorecidas. Hoje, com a compreensão e aceitação deste modelo de educação pelos segmentos economicamente mais favorecidos, impulsionou-se a criação dos atuais cursos de tecnólogos, que possuem como característica principal a menor duração (dois anos ou 4 bimestres letivos) em relação à graduação superior tradicional (quatro anos ou 8 bimestres letivos).

Este quadro apresentado atualmente leva a um repensar os desafios da relação educação-trabalho diante desse novo panorama imposto pela globalização da economia mundial. Nesse sentido, a formação profissional é considerada um elemento estratégico para o desenvolvimento do país. Assim, a educação profissional se torna uma aliada às preocupações do governo em relação à geração de emprego e renda, no momento em que estimula o desenvolvimento da produtividade em toda a economia do País.

O Instituto Federal do Espírito Santo, consciente do seu papel de formador desse profissional, não se eximiu ao um repensar sua práxis. Nesse sentido, buscou proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico frente ao desenvolvimento e qualificação pessoal e profissional concomitantemente, tendo como visão ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável (BRASIL, 2007b).

O conhecimento é o grande legado da humanidade. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado. Esta deve ser a função de instituições que se dedicam ao conhecimento apoiado nos avanços tecnológicos. Acredita-se que o processo de educação do futuro seja mais democrático e menos excludente. Essa nova escola na sociedade de informação deve se colocar em movimento, no sentido de organizar a renovação cultural, usufruindo de todas essas riquezas proporcionadas pela informatização. Nesse contexto, a escola não deveria ficar alheia a essas inovações digitais/tecnológicas.

### **3.METODOLOGIA**

A metodologia empregada nesse artigo foi baseada em um estudo de campo, de enfoque quantitativo, baseado nos preceitos de Gil (2000). Como instrumento de coleta de dados para a realização da etapa de campo, foi utilizado questionário com perguntas objetivas.

### **4.RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O resultado da investigação procurou retratar a realidade após a implantação do campus do IFES no Município de Venda Nova do Imigrante, especialmente no que tange ao ingresso e acesso de alunos que buscam qualificação no ensino profissionalizante. Segundo dados do último Censo, com dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos



e Pesquisa (INEP), o município apresentou um crescimento no número das matrículas em 2013, conforme ilustra tabelas a seguir:

**Tabela 01- Censo escolar 2010**

Modalidade de Ensino	Nº Matrículas
Educação Infantil	918
Ensino Fundamental Regular	3.319
Ensino Fundamental –EJA	164
Ensino Médio Regular	716
Ensino Médio –EJA	136
Educação Profissional de Nível Médio	159
Educação Profissional –EJA	40

Fonte: Dados retirados do Censo Escolar (2010) - SEDU/GEIA/SEE  
Nota: Elaborado pelo autor

**Tabela 02- Censo escolar 2013**

REDE	Nº DE ESCOLAS	NÚMERO DE MATRÍCULAS						
		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial	Educação Profissional	EJA	Total
ESTADUAL	3	0	1421	627	17	21	254	2323
FEDERAL	1	0	0	460		125	73	658
MUNICIPAL	12	794	1366	0		0	0	2160
PRIVADA	3	131	387	82		0	0	617
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>925</b>	<b>3174</b>	<b>1169</b>		<b>17</b>	<b>146</b>	<b>327</b>

Fonte: Censo Escolar - 2013 - SEDU/GEIA/SEE

No entanto, as ações abarcadas pelo IFES campus Venda Nova do Imigrante por si só foram insuficientes para responder aos anseios educacionais da municipalidade, tendo em vista o fato de que o acesso às vagas se dá por processo seletivo, que requer conhecimentos prévios dos alunos, conhecimentos esses que devem ser construídos ao longo do ensino fundamental e médio.

Nesse contexto, ao colocar o autor do trabalho para dialogar com os entrevistados, foi confirmada a importância dessa unidade educativa, pois a expectativa da juventude aumentou. A qualificação permitiu aos jovens um novo horizonte profissional, bem como ampliou a possibilidade de continuidade aos estudos.

Segundo dados do IPEA, a qualificação profissional constitui requisito essencial para ampliar a oportunidade de incorporação no mercado de trabalho. Um novo perfil de

qualificação do trabalhador é fundamental ao novo contexto, no qual sobressai, em primeiro plano — vale a pena insistir — a importância da educação básica.

O núcleo de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos ao longo do processo educacional constitui um requisito essencial para que a força de trabalho possa ampliar as oportunidades de incorporação e de desenvolvimento no futuro mercado de trabalho, objetivando sua valorização pessoal e profissional, e o atendimento às novas exigências de qualificação.

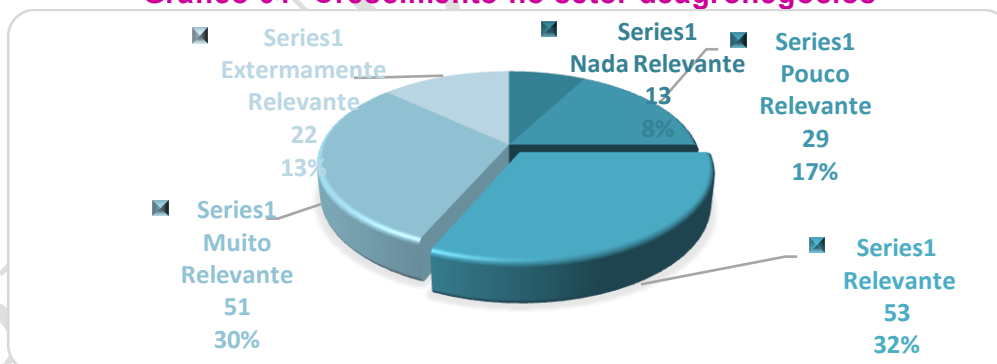
Esse processo de qualificação será responsável direto para o desenvolvimento, de acordo com Ferreira (2009), significa ampliação, progresso, crescimento, expansão propagação, desenvolvimento, aumento, evolução; adiantamento em sentido favorável. Nesse contexto, o ensino profissionalizante ofertado pelo campus IFESvai além, concebe o aluno como sujeito construtor de sua realidade. Por isso, cria circunstâncias que vão além da legislação educacional e extrapola os muros do Instituto.

Nesse mesmo sentido, encontram-se também os projetos desenvolvidos dentro dos muros do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia, projetos de inclusão, que mudam valores e entendem todos como cidadãos de fato e de direito. A escola é ainda espaço para trabalhar questões da cultura local, bem como promover o desenvolvimento econômico da cidade e região.

Para tanto, é preciso levar em conta o que é deferido pela Leinº11.892/08, que legisla sobre educação profissional, trazendo o entendimento de que a aprendizagem deveria ser significativa, servindo de elo entre os caminhos percorridos entre a realidade do aluno e o saber acadêmico, podendo, assim, fazê-lo colaborar para o desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

A implantação do IFES campus Venda Nova do Imigrante é reconhecido como instrumento de transformação socioeconômica, dando a essa região, e mais especificamente ao município-sede, a oportunidade de uma nova realidade, bem como impulsionou o crescimento no setor de agronegócios, conforme ilustra o gráfico a seguir:

**Gráfico 01- Crescimento no setor de agronegócios**



Fonte: Próprio autor, 2018.

Segundo resultados da pesquisa, percebeu-se que 13% dos entrevistados tinham a visão de que a implantação do IFES em Venda Nova do Imigrante foi extremamente relevante para agroindústrias da região, somados a 30% que entendem ser muito relevante, e 32% que percebem ser relevante o estudo. Chega-se ao resultado de que 75% das respostas apontam que, para a agroindústria, a implantação do IFES na região foi de relevante a extremamente relevante, sendo que apenas 8% dos entrevistados discordam disso, quando responderam que é nada relevante. A comunidade interna trouxe, em suas repostas, o olhar sobre a relevância na agroindústria da região.

A cafeicultura é a principal atividade econômica, sendo Venda Nova do Imigrante pioneira e referência na produção de cafés de qualidade superior. Outro segmento que merece destaque é

olericultura, respondendo por 78% da receita da atividade do município, destacando-se como uma das principais áreas de cultivo de tomates no Estado do Espírito Santo. Na fruticultura, principalmente a citricultura, destaca-se a produção da tangerina ponkan e a cultura do morango. Ambos são extremamente importantes na diversificação da renda dos agricultores locais, segundo dados do INCAPER<sup>1</sup> – Venda Nova do Imigrante. Conforme ilustra o Quadro 01 a seguir:

**Quadro 01- Produção da agroindústria em 2010.**

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Banana	40	30	396	13200	396
Batata	25	25	0	0	0
Batata Inglesa – Safra 1	15	15	300	20000	300
Batata Inglesa – Safra 2	5	5	100	20000	100
Beterraba	5	5	120	24000	120
Café	3900	3800	3648	1200	4560
Cana	25	20	1000	50000	1000
Cenoura	20	20	400	20000	400
Feijão – Safra 1	100	100	60	0	0
Feijão – Safra 2	120	120	81	0	0
Goiaba	6	6	90	15000	90
Inhame	60	60	1125	18750	1125
Laranja	4	3	24	8000	24
Limão	2	2	30	15000	30
Mandioca	15	15	225	15000	225
Milho – Safra 1	600	600	1600	2667	1600
Morango	16	16	656	41000	656
Palmito	15	15	19	1267	19
Repolho	60	60	4200	70000	4200
Tangerina	80	70	1470	21000	1470
Tomate	250	250	17500	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5363</b>	<b>5237</b>	<b>33044</b>	<b>356084</b>	<b>16315</b>

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espírito Santo (Agosto/2010).

Todo o retorno que a comunidade recebeu a partir da implantação dessa Unidade educativa alterou a autoestima dos habitantes locais e da região, fato esse constatado nas respostas dos entrevistados quando afirmam que se sentiram valorizados com a chegada de um campus IFES no município, por oportunizar aos jovens do município e região a possibilidade de qualificação profissional sem precisar se afastar do seio familiar, o que, na verdade, era inviável para uma parcela desses sujeitos, pois a renda familiar era incompatível com a saída de um membro para estudar em outra localidade.

O campus do IFES Venda Nova do Imigrante, desde a pesquisa inicial para sua implantação até o seu gerenciamento em 2015, é visto sob esse prisma pelos entrevistados, quando apontam que a qualidade da educação contribui para evidenciar que os esforços feitos pelo IFES campus Venda Nova do Imigrante em aproximar a comunidade de ser participante na tomada de decisão ao longo da sua história, mesmo não sendo determinado por legislação, vai ao encontro moderno de democratização da educação pública, pois, como apontado acima por Oliveira (2010), a escola não pertence ao governo, tampouco ao gestor, mas sim, é um bem público.

A realidade aqui discutida é responsável por um novo olhar do cidadão venda-novense sobre o IFES, que passou a ser entendido como bem educacional do município, assumindo aquele espaço como de construção de possibilidade de formação e qualificação profissional, além de ser um propulsor no crescimento agrícola da região.

<sup>1</sup>[https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro\\_cerrano/Venda\\_Nova.pdf](https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Venda_Nova.pdf)

## 5. CONCLUSÃO

O conhecimento é o grande legado da humanidade. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado. Esta deve ser a função de instituições que se dedicam ao conhecimento apoiado nos avanços tecnológicos. Pode-se observar, pela história da educação brasileira, a preocupação com a qualificação profissional, característica necessária para um país em desenvolvimento. Sob esse paradigma, foi possível compreender as relações existentes entre a implementação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus Venda Nova do Imigrante, e o impacto que o mesmo trouxe na vida dos cidadãos quando possibilitou e ofertou um ensino profissionalizante qualificado.

A educação do município depois da implantação do campus do IFES de Venda Nova do Imigrante modificou o cenário, obrigando as escolas de ensino básico e médio a adequarem não só os seus currículos escolares, mas também a práxis pedagógica, com a intenção de qualificar os seus alunos na busca da aprovação no sistema de seleção do IFES. Os dados levantados ainda apontam a melhoria da qualidade do cenário educacional local, que foi revertido em qualificação profissional, ingresso no mercado de trabalho, deu um novo impulso no setor de agronegócios, todo esse conjunto contribuiu para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da comunidade.

O estudo concluiu que a implantação do campus IFES Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo, Brasil, favoreceu o crescimento econômico, bem como a oferta de um ensino de qualidade, segundo argumentos presentes nas respostas dos questionários gráficos. Para os entrevistados, a instituição foi responsável por gerar impactos educacionais, econômicos e sociais na cidade e região.

No que diz respeito, especificamente, à educação profissional e tecnológica, sabe-se que ainda há um longo caminho para atender toda a população existente e as carências de profissionais na sociedade. Assim, tanto a escola como outros segmentos da sociedade têm a responsabilidade de ofertar a educação profissional com qualidade com condições de acesso, permanência e qualidade.

## REFERÊNCIAS

- ALLAN, L. M. **Os desafios da educação brasileira**. Disponível em: 10 ago. 2009. Acesso em: 14 set. 2018.
- BASTOS, A. V. B. **O suporte oferecido pela pesquisa na área de treinamento**. *Revista de Administração*. 1991.
- BRASIL. LDBEN: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n.9394/96. Brasília. \_\_\_\_\_ . MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. **Anais e Deliberações da I Conferência da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: 2007.
- DELORS, J. **Os quatro pilares da educação**. In: DELORS, Jacques et al. (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Brasília: UNESCO, 2010.
- DEMO, P. **Educação e qualidade**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- DOWBOR, L. **A Reprodução Social**. São Paulo: Vozes, 1998.
- FEITOSA, P. de A. **A interiorização dos Institutos Federais: um estudo de caso sobre a implantação do campus Venda Nova do Imigrante**. /2013.
- FERREIRA, R. B. A. S.; SILVA, I. M. M. **“Didática” no contexto da educação a distância: quais os desafios?** *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, São Paulo, v. 8, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1970.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUTIÉRREZ, F. **Educação como práxis política**. 1ª ed. São Paulo: Summus. 1988.

- LIMA FILHO, D. L. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.**
- MACHADO, N.J. **Educação: projetos e valores.** São Paulo: Escrituras Editoras, 2000.
- OLIVEIRA, R. P. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica.** Educação e Sociedade, Campinas, 2010.
- SANTOS, A. P. dos. **Gestão por competências e avaliação de desempenho: da diversidade de teorias e instrumentos ao desafio de construir modelos adequados a administração pública.**XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública. Buenos Aires, 4-7 nov. 2005.

LBP PUBLICATION